

COMUNIDADES LINGUÍSTICAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A FRONTEIRA JAGUARÃO/RIO BRANCO

LINGUISTIC COMMUNITIES: A REFLECTION ON THE JAGUARÃO/RIO BRANCO BORDER

Vanessa David Acosta¹

Karina Giacomelli²

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre as línguas que circulam na fronteira Jaguarão/Rio Grande do Sul-Brasil – Rio Branco/Cerro Largo-Uruguai, trazendo para este estudo a situação linguística dessa zona de fronteira, demonstrando que o acesso a diferentes variedades da língua, situações e práticas enunciativas aumentam o repertório discursivo do sujeito e sua capacidade de interagir e, conseqüentemente, sua condição efetiva de praticar a cidadania. Considerando que as fronteiras não são apenas geográficas e políticas, são também sociais e culturais e o contato dos sujeitos não se dá apenas geograficamente, mas também são percebidos nos costumes, na cultura e na língua. Para realizar o estudo, foram coletados dados bibliográficos sobre a constituição das fronteiras, bem como um estudo sobre como o contato linguístico se manifesta nesse espaço de enunciação. Pode-se concluir que além do par de línguas que circula majoritariamente na fronteira, há outras comunidades linguísticas que também ocupam esse espaço, construindo a identidade fronteiriça.

PALAVRAS-CHAVE: comunidades linguísticas; contato linguístico; línguas na fronteira

ABSTRACT

This work aims to reflect on languages that circulate in the border Jaguarão - Rio Grande do Sul-Brazil - Rio Branco / Cerro Largo-Uruguay, bringing to this study the linguistic situation of this border zone, showing that access to diverse varieties of language, situations and enunciative practices increase subjects' discursive repertoire and their ability to interact and, consequently, their effective condition to practice citizenship, considering that borders are not only

¹ Doutoranda do Curso de Letras da Universidade Federal de Pelotas. Mestre pela Universidade Federal do Pampa. Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Pampa. Licenciada em Pedagogia pela Unopar – Anhanguera.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7121-6384> E-mail: nessaacostalettras@gmail.com

² Doutora em Letras. Professora Associada no Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2883-8641> E-mail: karina.giacomelli@gmail.com

geographical and political, but also social and cultural and the contact of subjects is not only geographical, but also perceived in customs, culture and language. To carry out the study, bibliographic data were collected on the constitution of the concerned borders, as well as a study on how linguistic contact manifests itself in this space of enunciation. One may conclude that in addition to the pair of languages that mostly circulate on the border, there are other linguistic communities that also occupy this space, building the border's identity.

KEYWORDS: linguistic communities; linguistic contact; languages at the border.

INTRODUÇÃO

La frontera es viralata. Tiene el pelo lacio de un país y la cara preta del otro. En los ladrido de la gente uno no puede reconocer la raza porque todo se intrevera. ¿Qué tipo de árvore ía salir de acá si nosotros semo fio du vento? (Fabián Severo)

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre as línguas que circulam na fronteira Jaguarão/RS-Brasil – Rio Branco/Cerro Largo-Uruguai, trazendo para este estudo a situação linguística dessa zona de fronteira, demonstrando que o acesso a diferentes variedades da língua, situações e práticas enunciativas aumentam o repertório discursivo do sujeito e sua capacidade de interagir e, conseqüentemente, sua condição efetiva de praticar a cidadania.

As fronteiras não são apenas geográficas e políticas, são também sociais, são complexas pelas formações existentes tanto populacionais como linguisticamente. O contato dos fronteiriços não se dá apenas geograficamente, mas também nos costumes, na cultura e na língua. São sujeitos que não são afetados por línguas externas e, sim utilizam as línguas que circulam nesse espaço de enunciação e que revelam a identidade da fronteira.

Mesmo se reconhecendo que em áreas fronteiriças há a convivência de povos de nacionalidade diferentes e, conseqüentemente, língua diferente, não é incomum associar as línguas faladas na fronteira a somente às línguas-pátria, como no caso do português e do espanhol nessa fronteira, por elas estarem presentes circulando majoritariamente nesse espaço de enunciação.

O portunhol é um exemplo de língua que circula na fronteira, que geralmente é associado como uma mistura do português e do espanhol, porém ele surge como uma (re)significação das relações existentes entre os sujeitos que vivem nesse espaço de fronteiro. A nossa proposta de discussão deste artigo toma como base os aspectos particulares que permeiam essa zona de fronteira, especialmente nos que dizem respeito as línguas que circulam. Para realizar a pesquisa, foi realizado um estudo bibliográfico acerca da constituição das áreas de fronteira, bem como um breve estudo de campo nessa região, em particular.

Nosso estudo é baseado nas reflexões sobre língua de Boéssio (2008, 2010), Celada (2002), Farias-Marques (2016); nos estudos sobre contato linguístico e espaços de enunciação fronteiro de Mazzei e Souza (2013), Guimarães (2014), Behares (1996), Sturza (2005, 2006,

2010); nas reflexões sobre sujeitos e línguas de fronteira de Mota (2010, 2014), Rona (1963) e sobre posições enunciativas no estudo de Sobral e Giacomelli (2018).

Ao fazer um breve mapeamento, percebemos que há outras línguas que também são faladas neste espaço, conforme demonstraremos ao longo deste trabalho. Mas, para isso, primeiramente, faremos uma contextualização do local em que a pesquisa foi desenvolvida. Num segundo momento, trataremos da dicotomia português - espanhol presente na fronteira além da presença do portunhol. Por fim, trataremos das outras comunidades linguísticas que habitam na fronteira. Nas considerações finais, tecemos as principais reflexões tratadas neste artigo.

A FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI EM JAGUARÃO/RIO BRANCO E O CONTATO LINGUÍSTICO

Segundo dados oficiais, constantes na página da Prefeitura Municipal, Jaguarão, fronteira com Rio Branco – Uruguai, foi estabelecida a partir de um acampamento militar, com a expansão de portugueses no sul. O território em que o município se situa era pertencente, conforme o Tratado de Santo Ildefonso, celebrado em 1777, à Coroa Espanhola. O Coronel Manoel Marques de Souza, em 1801, comandava uma tropa que logrou arrastar a raia lusitana, em combate contra os espanhóis. O local do acampamento era de difícil acesso, com dificuldades para manter o seu abastecimento e sua fixação. Então, os soldados, no ano seguinte, buscaram uma aproximação com uma via navegável que possibilitasse o contato com Rio Grande. Este foi um dos fatores determinantes para a escolha do local de início da povoação que deu origem ao município de Jaguarão.

Duzentos e sessenta homens aproximadamente compunham a Guarda do Serrito e da Lagoa e, aos poucos, foram se estabelecendo equilíbrio entre as partes e as relações amistosas com os espanhóis que estavam situados na margem oposta. Em 1802, na Guarda do Serrito, foi erigida a primeira “Casa da Residência”, com o objetivo de abrigar os comandantes locais. Iniciavam-se, assim, as transações econômicas e as atividades religiosas. Em um primeiro momento, o comando da fronteira de Rio Grande, impôs restrições referentes à formação regular do povoado. Porém, em 1811 são concedidos terrenos urbanos na guarda e uma resolução régia, de 1812, criou a Freguesia do Espírito Santo de Jaguarão.

A primeira planta do município é datada em 1815 e já se percebem as primeiras vias de circulação, aumento na distribuição de terrenos voltados para moradias, cultivo agrícola e criação de animais, comércios e a presença de um significativo espaço militar. Em 1832, institui-se, por ato regencial, em nome de Dom Pedro II, o município de Jaguarão e instalado no ano seguinte, com a formação da Câmara de vereadores. Em 1855, Jaguarão foi elevada à cidade. Em 1865, cerca de 1500 orientais “blancos”, invadem a fronteira a mando do General uruguaio Basílio Muñoz. As forças jaguarenses, com cerca de 500 praças e em número reduzido, com auxílio de canhões, resistiram fazendo com que os uruguaios se retirassem.

Mota (2014, p. 35) destaca que “as condições sócio-históricas características dessa fronteira – onde muitos elementos linguísticos, culturais, econômicos, políticos são compartilhados – funcionam como forma de apropriação que nos permite designá-la ‘território

fronteiriço””. A partir dessa concepção, ao tratar desse espaço, da fronteira, usaremos o conceito de território fronteiriço (Mota, 2014) e na discussão da inserção das línguas e sua complexidade, trataremos de “espaço de enunciação” (Guimarães, 2014) ou “espaço de enunciação fronteiriço” (Sturza, 2010).

A partir da definição de Guimarães (2002, p 18) sobre espaços de enunciação como “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante, habitados por falantes divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer, Sturza conceitual espaço de enunciação fronteiriço:

Espaço de Enunciação Fronteiriço é um espaço constituído por um conjunto de línguas, no qual se inclui o cruzamento de línguas. E o cruzamento é significado de dois modos: pela presença concomitante das duas línguas nacionais, em um mesmo enunciado, ou pelo resultado da mistura dessas línguas que se materializa [sic] em uma outra prática lingüística. (STURZA, 2006, p. 74)

Assim, temos esse espaço de enunciação fronteiriço, em que há hegemonicamente a presença das línguas portuguesa e espanhola circulando. Em áreas de fronteira, como é o caso de Jaguarão/Rio Branco, há um ambiente em que o espanhol está muito presente nas interações cotidianas ao se transitar livremente pelo país vizinho para fazer compras, passear, visitar familiares ou mesmo trabalhar. Sobral e Giacomelli (2018) destacam que a situação de fronteira demonstra dois aspectos, tanto o oficial com o isolamento bem como o pessoal com a proximidade. Ou seja, mesmo que dos dois lados da fronteira existam alfândegas e policiais, não há uma situação em que não ocorre a comunicação. Pelo contrário, as pessoas buscam comunicar-se, entendendo que

(...) há fronteiras que isolam (as fronteiras oficiais) e há fronteiras que são lugares de transição e de contato (fronteiras por assim dizer pessoais): as pessoas da fronteira falam umas com as outras, às vezes sem perceber que língua/variedade utilizam. Essa outra fronteira é a condição da proximidade que não ameaça, mas que oferece vida a todos os lados que a tornam fronteira. (Sobral; Giacomelli, 2018, p.26)

Embora o senso comum entenda que a fronteira divide, na verdade ela une as pessoas tanto de forma cultural, linguística, política, social, entre outros aspectos. Nesses pontos, podemos destacar as relações de trabalho que se estabelecem nos espaços fronteiriços no que concerne às oportunidades e ao conhecimento da língua do país vizinho. Nessa linha de pensamento, Boéssio (2010) destaca que, para os brasileiros,

(...) o Uruguai oferece um maior número de empregos também para os brasileiros, sendo a língua portuguesa um dos fatores de abertura desse mercado de trabalho, uma vez que ela auxilia nas transações comerciais e na compreensão do idioma falado pela maioria dos turistas. Em contrapartida, esses brasileiros que assumem vagas no exterior necessitam conhecer, pelo menos, o básico da

língua vizinha, já que estarão subordinados aos falantes nativos dessa língua (BOÉSSIO, 2010, p. 93).

Nesse sentido, mesmo que os brasileiros trabalhem no Uruguai e utilizem o português para se comunicar, devido a ser o idioma falado pela maioria dos turistas que utilizam o comércio do país vizinho, estes precisam interagir com os falantes do espanhol, sejam eles colegas de trabalho ou clientes do comércio. Acreditamos que essa interação deve acontecer em língua espanhola, pois eles estão indo para lá para trabalhar e devem conhecer, como afirma Boéssio na citação acima, pelo menos o básico da língua. Nossa percepção se dá devido ao fato de muitas vezes ver uruguaios chegarem ao comércio jaguarensense e tentar falar em português com os vendedores, embora alguns ainda falem no seu idioma materno, o espanhol. Além disso, Boéssio (2010) ainda destaca que

(...) do lado brasileiro, há a necessidade de os trabalhadores nos hotéis e restaurantes terem o conhecimento básico da língua espanhola para receber melhor os turistas e clientes do Uruguai e Argentina. É comum, quando se está em uma loja, observar o vendedor, ao interagir com o hispanohablante, inserir termos da língua do cliente para propiciar uma relação mais próxima. Serve de exemplo a manifestação de um balconista de uma casa de material de construção a um senhor uruguaio: pode passar no caixa que o *muchacho* lhe cobra. (BOÉSSIO, 2010, p. 93).

Para Sobral e Giacomelli (2018), quem deseja/deve tomar a palavra já considera o “outro” na organização mesma do que vai dizer e no modo como o faz. Ou seja, o enunciador já é “alterado” pelo outro antes mesmo de enunciar. Ele tem de fazer isso a partir de uma dada posição, tanto (inter)pessoal quanto social e histórica, ou mesmo biológica, o que o leva a avaliar a situação enunciativa, considerando contexto, interlocutor(es), posições sociais, visões de mundo etc. Isso acontece porque o contato com o outro altera o sujeito, na medida em que o modifica a partir desse contato. Essa mudança ocorre pois o sujeito é visto a partir do ponto de vista do outro e vê o outro a partir de seu próprio ponto de vista. Os autores ainda destacam que esse contato ocorre de um ponto de vista extraposto, ou seja, uma posição presumível antes da situação de comunicação ocorrer. Desse modo, percebemos que há uma condição de isolamento, mas não em sentido negativo, e sim no sentido de poder enxergar o outro de fora, permitir ver o outro em perspectiva, em uma posição de extraposição.

LÍNGUAS QUE CIRCULAM NA FRONTEIRA: PORTUGUÊS – ESPANHOL – PORTUNHOL

Em relação às línguas que circulam na fronteira Jaguarão/Rio Branco, Farias-Marques (2016, p. 80), refletindo sobre os estudos de Fustes³ destaca que “os primeiros estudos de caráter

³ FUSTES, J. M. Lengua y sujeto en las investigaciones acerca de la frontera uruguaya con Brasil: apuntes sobre sus determinaciones teóricas. In: **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 3 (63), p. 17-24, set./dez. 2010.

científico que tomaram como objeto de investigação a presença e o contato das línguas espanhola e portuguesa na fronteira uruguaia com Brasil começaram com Rona antes de 1955”. A autora ainda aponta que “para Behares (2013), o interesse do estudioso, nessa época, era o de investigar e descrever o espanhol falado em território uruguaio, porém durante sua pesquisa, ele se deparou com falas fronteiriças que passou a denominar de — ‘dialecto fronterizo’” (Farias-Marques (2016, p. 80).

Rona (1963) destaca que “cuando examinamos la zona de encuentro de estas dos lenguas, observamos, a pesar de lo dicho, la ausencia total de una reta línea divisoria y, lo que es más interesante todavía la formación de un dialecto intermedio por mezcla de ambas lenguas”, ou seja, não há “fisicamente” uma linha reta que demarca a divisão dos dois países, e, nesse espaço, pela mistura das duas línguas, o português e o espanhol, surge um dialeto intermediário. Como apontam Sobral e Giacomelli,

há pessoas, na fronteira Brasil-Uruguay, que percorrem, em seus diálogos, línguas/variedades, sem grande descontinuidade, a depender das situações contextuais. O português brasileiro, o espanhol uruguaio, o português do Brasil falado por uruguaios, e o espanhol do Uruguai falado por brasileiros. (Sobral; Giacomelli, 2018, p. 18

Os autores ainda acrescentam que “as pessoas da fronteira falam umas com as outras, às vezes sem perceber que língua/variedade utilizam” (Sobral e Giacomelli, 2018, p. 26). “Quanto maior seu acesso a diferentes variedades da língua, situações e práticas enunciativas, tanto maior o repertório discursivo e a capacidade de interação do sujeito e, por tanto, suas condições de praticar a cidadania. (Sobral; Giacomelli, 2018, p. 18).

Segundo Milán, Sawaris e Welter (1996), o conceito de fronteira pode abarcar três noções diferentes. Uma delas é ver a fronteira “como territorio que más allá de los vaivenes y caprichos de los tratados internacionales definidores de las líneas abstractas de los mapas, es el espacio de acontecimientos microsociales, lingüísticos [sic] y culturales” (1996, p. 124), ou seja, além dos tratados internacionais e muito além disso, fronteira é um espaço onde acontecem as interações sociais, linguísticas e culturais dos sujeitos que ali vivem. As características de uma área de fronteira binacional constituem, na vida dos sujeitos que nela vivem, uma condição de estreitar os laços pessoais, familiares e sociais, conforme apontam Mazzei e Souza:

el carácter de un área binacional fijada por límites convencionales constituye en la vida cotidiana de las personas que las habitan un condicionamiento a estrechar vecindades personales, familiares y sociales en tanto interacciones sociales primarias que hacen más fluida las rigideces de la separación que imponen los límites formales entre los países. (Mazzei; Souza, 2013, p. 45).

Então, tanto brasileiros quanto uruguaios têm o costume de ir ao país vizinho devido aos contatos familiares, às amizades, para fazer compras, para trabalhar, estudar, dentre outros motivos. Conforme Sturza (2010, p. 90), são sujeitos que, dentro de uma faixa de fronteira, demarcada numa área de 150 km de extensão, vivem e não têm uma identificação somente

regional, porque, além disso, também têm traços sociais e culturais locais que são comuns aos moradores da fronteira. O sujeito fronteiriço possui traços e características sociais comuns, que dentro dessa faixa se relacionam em muitos aspectos. Podemos observar vários traços comuns nos dois lugares: uns pertencentes à cultura uruguaia, por exemplo, e outros, à cultura brasileira. Somado a isso, Sturza aponta que:

fronteiras e sujeitos se significam ao moverem-se entre uma língua e outra, decorrentes de uma mobilidade social, atravessada pelas condições sócio-históricas que vão impondo a construção de uma nova territorialidade. Ao levar em conta a fronteira social, a questão da identidade dos fronteiriços emerge e explicita-se também na língua, pois, na fronteira, as línguas (e aqui estamos tratando de duas línguas nacionais em contato) são constitutivas das relações dos sujeitos com seu espaço social. (Sturza, 2010, p. 85).

O falante da fronteira está nos dois espaços, por diversos motivos. Isso é explicitado também na língua, pois o falante, em uma situação de comunicação, passa de uma língua para outra, muitas vezes, mesclando as duas, intercalando, alternado as línguas no mesmo projeto enunciativo. O importante nessa situação é entender e fazer-se entender. De acordo com Sturza (2010, p. 86), essas “fronteiras têm histórias locais distintas, embora apresentem uma série de traços culturais, costumes, códigos sociais comuns”. Segundo os *Documentos de la Comisión de Políticas Lingüísticas en la Educación Pública* (2008, p. 66),

la sociedad fronteriza es, por lo tanto, una sociedad bilingüe con presencia del Español y del Portugués del Uruguay. La presencia de la lengua portuguesa en territorio uruguayo se debe a razones históricas que se remontan a los S. XVII y XVIII, en los cuales estas áreas geográficas comienzan a poblarse y a oscilar en su posesión por las coronas española y portuguesa, así como por las Misiones Jesuíticas. La historia de la región fronteriza indica entonces que la presencia del Portugués en esta zona no se explica por un “avance” de esta lengua desde Brasil, como muchas veces se piensa, sino que es lo que se denomina una lengua de “herencia” (2008, p. 66, grifo no original).

É importante destacar, conforme citação anterior, que a presença da língua portuguesa no Uruguai não é recente e não vem do crescimento que a língua vem adquirindo no cenário mundial, mas sim é uma questão histórica.

Para Sturza (2010, p.87), tanto o espanhol quanto o português são duas línguas “vistas como línguas próximas e compreendidas como constitutivas dos modos de representação das identidades dos sujeitos fronteiriços”. Então, esses sujeitos, para a autora, “entram em contato por necessidades de toda ordem, criam modos de intercomunicar-se como, por exemplo, mesclar duas línguas para melhor interagir com o seu vizinho, o seu cliente, o seu visitante, o seu parente.” (Sturza, 2010, p. 87). Esses sujeitos que vivem na fronteira falam independente de ser essa ou aquela língua, sem se preocupar se estão falando o português ou o espanhol; a única finalidade é entender e se fazer entender. A autora aponta que, “o mais frequente que se observa é que cada um fala sua língua, mantendo um grau de intercompreensão, os sujeitos são capazes de fazer-se

entender e a comunicação resulta fluida e eficiente, independentemente do nível do domínio do código linguístico (da gramática) que cada um tem da língua do outro” (Sturza (2010).

Assim, o contato linguístico que há entre o português e o espanhol nas fronteiras do Brasil com o Uruguai e do Brasil com a Argentina “é decorrente de um século de litígios pelo domínio dos territórios, de uma política expansionista de ocupação da região e militarização das áreas, além da existência de povoados desenvolvidos e de um intercâmbio econômico, cultural e social já consolidado” (Sturza, 2005, p. 47).

Nesse sentido, tal contato acontece há muito tempo e tem origem na política de expansão da região fronteiriça, em que os povos precisavam de um intercâmbio econômico, cultural e social. Para Sarquis,

as zonas de fronteira compreendem amplas franjas territoriais de um lado e do outro das linhas de demarcação geográfico-políticas, no qual convivem populações com particularidades próprias que as diferenciam de outras partes dos territórios nacionais. Um exemplo é a fronteira binacional constituída por Jaguarão e Rio Branco. Essas cidades são denominadas “cidades gêmeas e/ou irmãs” por pesquisadores de diversas áreas que estudam a(s) fronteira(s) dos dois países (Brasil/ Uruguay). (SARQUIS, 1996, p.60)

Sobre a integração linguística, Ferreira aponta que “nas fronteiras do Brasil com os países de fala hispânica da América do Sul, vemos que já existe uma integração linguística natural, decorrente da necessidade de comunicação, principalmente do ponto de vista social e econômico, além dos vínculos comerciais diários que são praticados ao longo da fronteira” (Ferreira, 2001, p. 39).

Nessa perspectiva, a presença das duas línguas além de um fator histórico, é também decorrente da integração linguística que os países de fronteira têm. Integração essa, natural e que ocorre, principalmente, pela necessidade de comunicação social e por questões econômicas, advindas dos vínculos comerciais praticados diariamente.

Por outro lado, além dessas duas línguas oficiais, “registra-se a prática do Portunhol e/ou dos DPUs⁴, que circulam principalmente no comércio informal, ou nas conversas travadas no dia a dia das famílias fronteiriças.” (Mota, 2010, p. 62). Segundo Mota, “a designação ‘Portunhol’ (ou Portuñol) é utilizada pelos falantes da fronteira para referir à prática linguística decorrente da ‘mistura’ do Português com o Espanhol”. Nesse sentido, percebe-se a presença, na fronteira Jaguarão/Rio Branco de duas línguas oficiais, o português e o espanhol, e uma língua de integração, o portunhol. No Uruguai, o portunhol já é reconhecido como português uruguaio (PU).

Celada (2002) destaca que o termo “portunhol” nos dá a ideia de mistura entre o português e o espanhol, mas é muito além disso: ele é uma forma de (re)significar as relações entre os sujeitos que vivem na fronteira. Sturza (2005, p. 49) destaca que “a dificuldade em definir o “portunhol”, está nos sentidos que foram sendo constituídos pelo senso comum, especialmente, por referir negativamente, por dizer o “mal falar” uma das línguas da mistura, em

⁴ Dialectos Portugueses del Uruguay, denominação dada por Elizaincín e Behares (1981 *apud* MOTA, 2010, p.56).

geral, de brasileiros em relação à língua espanhola”. A autora faz uma reflexão acerca das hipóteses de como o portunhol é reconhecido:

No caso uruguaio, ele é reconhecido como uma prática lingüística instituída, seria como uma “terceira língua”. A segunda hipótese é a de que o portunhol é uma “interlíngua”, remete ao processo de aquisição, especialmente do espanhol por parte de falantes brasileiros, e seria uma situação intermediária desse processo no qual os alunos misturam as línguas a nível gramatical e discursivo (STURZA, 2005, p. 49).

Nesse contexto, pensar o portunhol nos leva a refletir que é uma língua que circula na fronteira, que faz parte do cotidiano fronteiriço e que (re)significa as relações de contato lingüístico presente nesses espaços de enunciação.

Mota (2014, p. 14), acerca do portunhol, destaca que, geralmente, ele é associado à mistura entre o português e o espanhol e, “algumas vezes, associado ao domínio insuficiente de uma ou de outra, quando designa aquela produzida por um sujeito que se encontra em contexto de aquisição de segundas línguas ou línguas estrangeiras” Em se tratando de sujeitos bilíngues,

Há, por exemplo, alguns sujeitos bilíngues de regiões de fronteira que, tendo um desempenho próximo do de um nativo na língua do outro país, deixam em suas enunciações marcas, algumas sutis e outras mais evidentes, que “denunciam” sua primeira língua/cultura, observando-se ainda que seu desempenho na primeira língua, dada sua experiência com a outra língua, acaba por alterar-se em alguma medida, devendo eles, em maior ou menor grau e a depender do contexto (mais ligado à primeira ou à segunda língua, com a presença de bilíngues ou não etc.) realizar uma espécie de retrotradução, isto é, ver sua primeira língua a partir da segunda. (SOBRAL; GIACOMELLI, 2018, p. 41)

Ao discorrer em sua tese, Mota (2014) traz vários artigos demonstrando que o portunhol é algo errado e que deve ser corrigido para que o falante atinja a proficiência⁵. Mota em sua tese (2014), demonstra vários textos escritos que circulam na língua, não sendo possível afirmar que é apenas uma situação intermediária entre as duas línguas (português/espanhol) ou até mesmo que seja relacionada ao domínio insuficiente de um dos dois idiomas. A autora, com base nos estudos de Lipski, destaca que o portunhol é reconhecido como uma língua que “permite e facilita a negociação entre falantes de línguas próximas e que surge da necessidade de intercomunicação com o outro” (Mota, 2014, p. 16).

Ainda podemos mencionar “outras negociações”, conforme apontam Sobral e Giacomelli (2018): percebemos uruguaios falando espanhol para brasileiros e vice-versa, ambos falando de uma forma em que a comunicação se efetive, buscando falar mais devagar, evitando construções que sejam muito específicas de uma variedade ou outra. São negociações que

⁵ Texto publicado no UOL Educação: “Portunhol – Não erre: o coração late e o cachorro ladra”; artigo de uma professora de espanhol de escola brasileira oferecendo “dicas” para não cometer erros em espanhol e propagar o portunhol: “Para que você também deixe de semear portunhol por aí”; um texto no blog “dicas de Espanhol”: Falar Portunhol com clientes e turistas não é suficiente”, entre outros.

necessitam adaptações da linguagem à linguagem do outro, ou mesmo a identidade do outro. Assume-se, portanto, uma posição marcada pela alteridade, em que a tensão (mas não conflito) eu-outro constitui os próprios sujeitos. Isso não implica a perda da individualidade, uma vez que, mesmo constituído pelo outro, o “eu” é sempre individual, ainda que se forme no social a partir das múltiplas vozes que carregam os diversos pontos de vista com os quais interage.

Portanto, é preciso perceber que as relações com os outros sujeitos aos quais entramos em contato e estabelecemos essas negociações, fazem com que criemos a nossa identidade. É a partir do contato com o outro, do contato com os mais diferentes pontos de vista é que vamos constituindo nossa identidade. É a partir do contato que o nosso eu se constitui.

Quando se trata do contato entre sujeitos que interagem a partir de diferentes línguas, Sobral e Giacomelli (2018) defendem que a questão da influência biunívoca entre sistemas é inerente ao ponto de vista dialógico, já que, qualquer interação é sempre um diálogo, em seu sentido mais amplo, compreendendo o diálogo com o(s) interlocutor(es) e também com os diálogos ulteriores e mesmo posteriores. Embora as experiências linguísticas em uma determinada língua, com seus valores culturais específicos, não se equiparem às de outra língua, e, por isso, não se dá uma transferência automática desses sentidos, no contexto fronteiriço, cria-se um processo interativo bicultural e multifuncional. Desse modo, segundo os autores, experiência linguística e cultural de cada sujeito demonstra que esse processo de bilinguismo ou multilinguismo é aditivo. O sujeito reconhece sua primeira língua e adiciona ao seu repertório uma segunda, terceira língua. Além disso, é preciso destacar que não existe mais a antiga exigência de que o falante de uma segunda ou terceira língua precisa falar com mesmo nível de um nativo, pois esses sujeitos não nativos não estão inseridos no mesmo ambiente dos nativos.

OUTRAS COMUNIDADES LINGUÍSTICAS

Além das duas línguas majoritárias oficiais e da língua de integração, podemos perceber que há outras línguas que circulam nesse território fronteiriço, como o *uolofe*, por exemplo. O mundo contemporâneo vive a maior crise migratória pós segunda guerra mundial, ocasionando um aumento de refugiados e imigrantes em diversos países. Desde o seu “descobrimento”, é possível perceber, no Brasil, um aumento migratório significativo – forçado ou voluntário – de pessoas de diversos países e continentes. Na constituição do Brasil, historicamente, imigração, miscigenação e colonização são processos pertencentes ao país: “ao longo do tempo, a dinâmica migratória se (re)desenhou, podendo ser explicada de formas diversas, o que envolve aspectos políticos, sociais e/ou econômicos”, conforme Santos e Brum-de-Paula (2020, p. 3). Originários de diversos países – Senegal, Venezuela, Síria, Gana, Haiti – buscando melhorias no aspecto socioeconômico, fuga de conflitos armados, perseguições religiosas ou políticas, o Brasil tem sido uma alternativa tanto para quem vem para o país, como para quem fica, na medida em que podem enviar ajuda aos familiares que ficam em seus países de origem.

No Brasil, especificamente na fronteira com Uruguai, no município de Jaguarão, não é diferente. Por estar situado em região de fronteira, por vezes, se pensa que aqui moram somente brasileiros e uruguaios. Porém, é possível perceber que nesse “território fronteiriço” (Mota, 2014)

vivem e trabalham pessoas das mais variadas nacionalidades: cubanos, árabes, senegaleses, uruguaios e brasileiros, dentre outros. Ainda não houve uma pesquisa nessa fronteira que analisasse e mapeasse essas comunidades linguísticas que vão se constituindo, alterando a visão dicotômica espanhol/português. Destacamos que além do mapeamento, é necessário reconhecer essas outras comunidades linguísticas que estão presentes na fronteira.

É importante pensar que os migrantes e refugiados têm uma língua materna diferente do português e têm necessidades específicas para a comunicação nesse “espaço de enunciação fronteiriço” (Sturza, 2010). Em Jaguarão, por exemplo, há quatro senegaleses que trabalham no comércio local. Eles são migrantes voluntários, ou seja, “deixaram seu local de origem por razões de conveniência, não devido a uma obrigação por fatores externos”⁶.

Essa situação demonstra uma situação diferente na fronteira que geralmente é associada e estudada em sua condição: português – espanhol. Ao frequentar o comércio local, atendido pelos senegaleses, por exemplo, é possível perceber que eles procuram se comunicar em língua portuguesa, sem buscar o “certo” e o “errado”. O objetivo principal é ocorrer a comunicação entre o vendedor e o cliente. Porém, quando um fala com o outro, geralmente, assuntos que não envolvem o cliente, a língua de comunicação é a língua materna deles, o *uolofe*⁷. Segundo Santos e Brum-de-Paula (2020), a África é um continente linguisticamente rico, com mais de 800 línguas autóctones, além das línguas dos países que a colonizaram e das línguas crioulas. Uma das civilizações da África é a negro-africana em que se encontra a língua *uolofe*, reconhecida como oficial do Senegal.

O senso comum é de que o município seja habitado somente por uruguaios e brasileiros. Porém, ao circular livremente pelo comércio percebemos que há muitos árabes, que possuem comércio no município, cubanos atuando em empresas de transportes, uruguaios, brasileiros, senegaleses, venezuelanos.

É preciso considerar que além do par de línguas que circula na fronteira – português e espanhol – há outras circulando, fazendo parte do cotidiano de muitos sujeitos que vivem na fronteira que foram se constituindo ao longo da história, tendo esse par de línguas e interagindo com outras línguas com as quais entram em contato, convivem. Esse panorama linguístico heterogêneo é constituído pelos grupos de convívio e seus contatos linguísticos, nas diferentes fronteiras do Brasil com os demais países da América do Sul, “muito aquém do que representa a dualidade português-espanhol no seu estatuto de línguas majoritárias” (Sturza, 2005, p. 48). Dentro dessa realidade vive um grupo de sujeitos migrantes e refugiados, como os senegaleses por exemplo. Para compreender melhor esse contexto, é importante refletir sobre dois conceitos: o de refugiado e o de migrante. Geralmente, o primeiro é associado àquele sujeito que foge por perseguição política ou de zonas de conflito bélico e o segundo, àquele que sai por razões próprias. São conceitos que se aproximam. É comum os imigrantes, ao adentrarem o Brasil, se colocarem como refugiados devido à maior facilidade de documentação, ingresso e permanência no país.

⁶ Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/tripe/wp-content/uploads/2017/05/migra%C3%A7%C3%B5es.pdf>> acesso em 05 de Abr. de 2021.

⁷ Wolof

Nesse contexto, faço um breve histórico sobre a situação do refugiado, a qual ganha especial relevância, a partir da Convenção das Nações Unidas⁸, ocorrida em 1951, que estabeleceu através do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) o Estatuto dos Refugiados e apátridas⁹.

No referido estatuto, o direito de asilo aos refugiados, que é preconizada através da convenção, garante direitos a eles, entre os quais estão aos direitos de propriedade móvel e imóvel, propriedade intelectual e industrial, associação sem fins políticos e lucrativos e aos sindicatos profissionais, direito de estar em juízo, direito de trabalho, de liberdade religiosa, alojamento, educação pública, assistência pública, assistência administrativa, papéis de identidade, entre outros, nas mesmas condições que os demais estrangeiros. E também o dever de se conformar às leis do país em que se encontra e às medidas tomadas para manutenção da ordem pública.

Dentro dessa realidade, conceituamos, brevemente, migrante e refugiado. Segundo Bulla et al.,

São migrantes todos aqueles que deixam uma localidade de origem com a intenção ou não de residir em outro local. A definição de migração encontra-se, portanto, no seu aspecto mais geral, amparada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ONU, 1948), no artigo 13, pelo direito de circular livremente no interior de um Estado e de sair e regressar ao seu país de origem. Porém, do ponto de vista do seu exercício, a mobilidade populacional, especialmente em seu caráter transnacional, vai de encontro à forma atual de cidadania sustentada no Estado-nação. (BULLA et al, 2017)

Os sujeitos que aqui residem podem ser considerados migrantes, pois saíram da sua localidade de origem para viver em outro local. Segundo conversa informal com os senegaleses, percebemos que eles saíram de seu país de origem por vontade de própria, ou seja, uma migração voluntária. Já por refugiado entende-se da pessoa que é

perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar. (ACNUR, 1951, p. 2)

⁸ A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada em 28 de julho de 1951 para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Esse tratado global define quem vem a ser um refugiado e esclarece os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem. (disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>> acesso em 05 de Abr. de 2021)

⁹ Disponível em:

<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf> acesso em 05 de Abr. de 2021

Refletindo sobre o conceito de refugiado e de migrante, também sobre a condição de que esses sujeitos muitas vezes saem em busca de oportunidades de trabalho, encontramos em Santos e Brum-de-Paula que

Embora as solicitações de refúgio realizadas por senegaleses estejam entre as mais frequentes, [...], a maior parte desses imigrantes não se enquadra no perfil de refugiado. De fato, esses imigrantes partem do Senegal de modo voluntário, em busca de trabalho em países que possam abrigá-los, o que os caracteriza como imigrantes econômicos. Desse modo, os senegaleses raramente têm direito à condição de refugiado, o que gera o indeferimento de 99% desse tipo de solicitação (Santos; Brum-de-Paula, 2020, p. 7).

No Rio Grande do Sul temos um grande número de refugiados e imigrantes, sendo a capital, Porto Alegre, a terceira cidade do Brasil que mais recebe esses indivíduos. Mesmo que o trabalho formal seja proporcionado nos grandes centros, como é o caso de Porto Alegre, isso não significa que eles não tenham dificuldades para retomar e reconstruir suas vidas. Há vários fatores que podem dificultar essa reinserção na sociedade, tais como preconceito, diferenças culturais, linguísticas, acesso aos serviços públicos de saúde e moradia.

As políticas de imigração, políticas linguísticas e de acolhimento têm sido foco de estudo, especialmente nos últimos anos. Em 2017, com a promulgação da Lei de Migração, Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que estabelece os direitos e deveres e as políticas públicas para o emigrante, vários estudos foram realizados. Entre eles podemos destacar: “Senegaleses e o comércio ambulante em Pelotas-RS: etnografia do encontro, acolhimento e dispersão”, de Roberto (2018)¹⁰; “O acolhimento de migrantes haitianos e senegaleses e a gestão pública municipal brasileira: uma análise qualitativa do caso de Novo Hamburgo (RS)”, de Uebel (2020)¹¹; “Tem que conversar, senão não vende, né?": a inserção de imigrantes senegaleses no comércio de rua de Santa Maria (RS)”, de César (2018)¹²; “Mídias e migrações: a representação de si e a representação midiática da identidade senegalesa em diáspora”, de Costa (2017)¹³; “Reconhecimento e alteridade: haitianos em Lajeado”, de Ortiz (2018)¹⁴.

Considerações finais

Em relação à fronteira Jaguarão/Rio Branco, podemos perceber que esse espaço de enunciação (Guimarães, 2014), característico da fronteira, é onde se estabelece esse ir e vir, esse espaço peculiar que é próprio da fronteira e de quem vive nela. É uma territorialidade que vai além da demarcação geográfica, é a construção da identidade marcada pelos aspectos culturais, sociais, políticos e linguísticos dos sujeitos fronteiriços.

¹⁰ <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4256>

¹¹ <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4415>

¹² <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15916>

¹³ <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20134>

¹⁴ <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16642>

A faixa de fronteira é geograficamente marcada pelos 150 km para dentro do território brasileiro. Porém, essa característica e identificação regional não é só a demarcação geográfica. Ela vai além. Ela é caracterizada por traços culturais e sociais comuns e, também especificidades linguísticas. Citamos dois exemplos, os árabes que possuem comércio, se comunicam em português com seus clientes e na sua língua materna entre eles, e os senegaleses, nessa mesma perspectiva.

Nessa linha de pensamento, temos esse espaço de enunciação fronteiriço, em que há hegemonicamente a presença das línguas portuguesa e espanhola e também a presença de línguas minoritárias como o *uolofe*, por exemplo. É necessário refletir sobre o lugar do refugiado imigrante, ou seja, como se constituem as línguas minoritárias no espaço de enunciação fronteiriço que está basicamente constituído pela relação de português e espanhol.

Guimarães (2014) reflete sobre o espaço de enunciação e como os acontecimentos de linguagem se dão. Refletindo sobre a língua indígena ele salienta: “O espaço de enunciação distribui essas línguas desigualmente, como se pode ver pelo modo de presença da língua indígena e da enunciação do nome Gohayó. Assim, ser falante de português é ser falante de uma língua legítima; ser falante da língua indígena é ser falante de uma língua excluída” (p. 54).

Na fronteira estudada, as línguas hegemônicas são o português e o espanhol, e circulam outras línguas minoritárias, como o *uolofe*, por exemplo, trazida pelos senegaleses. Então, “instala-se uma distribuição política das línguas para os falantes, mas os falantes determinados pelas línguas não-contadas continuam a falar nessas línguas e elas afetam a língua dominante politicamente no espaço de enunciação” (Guimarães, 2014, p. 55).

Um dos senegaleses, ao estabelecer o diálogo para a negociação, presta bastante atenção no que o cliente brasileiro está falando, atento ao vocabulário, buscando compreender de forma eficaz o que está sendo pedido. Muitas vezes, questiona o que foi perguntado, na tentativa da compreensão. Outras vezes pergunta o significado da palavra. Na sua fala, o sotaque do *uolofe* muitas vezes sobressai a língua portuguesa, dificultando um pouco a compreensão por parte do cliente brasileiro, o que facilmente é resolvido com a continuidade da conversa.

Pode-se concluir com este estudo que, embora tenhamos duas línguas majoritárias circulando nesse espaço fronteiriço, não é possível dizer que somente existem falantes de português e de espanhol. A política de expansão do município (portugueses e espanhóis), habitantes que foram se instalando ao longo dos anos (árabes, orientais) além da recente chegada de senegaleses e cubanos fez com que houvesse essa variedade de línguas circulando e que são utilizadas por seus falantes cotidianamente.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR).

Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. Nova Iorque, EUA: ACNUR, 1951.

Disponível em: <

http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf> . Acesso em 05 de Abr. de 2024.

BOÉSSIO, Cristina Pureza Duarte. Uma proposta para o ensino de línguas próximas. In: LEFFA, Wilson J. (Org.). **Produção de materiais de ensino: teoria e prática**. ed. 2. Pelotas: Educat, 2008.

BOÉSSIO, Cristina Pureza Duarte. **Práticas docentes com o ensino da língua espanhola nas séries iniciais**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BRASIL. **Lei da migração**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm> Acesso em 06 de Abr. de 2024.

BULLA, Gabriela da Silva et al. Imigração, refúgio e políticas linguísticas no brasil: reflexões sobre escola plurilíngue e formação de professores a partir de uma prática educacional com estudantes haitianos. In: **Organon**. nº 62. V. 32 Disponível em: <
<https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/72346>> Acesso em: 05 de Abr. de 2024.

CARNEIRO, Alice de Azevedo Gomes Carvalho. **Centro de Acolhimento e referência para refugiados e imigrantes**. Disponível em: <
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199641/001100276.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 05 de Abr. de 2024.

CELADA, M. T. **O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira**. 2002. 276 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

DOCUMENTOS DE LA COMISIÓN DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS EN LA EDUCACIÓN PÚBLICA. Administración Nacional de Educación Pública. Montevideo: A. Montevideo & Cía S.A., 2008.

FARIAS-MARQUES, Maria do Socorro de Almeida. **Um olhar para o ingresso específico para uruguaiois fronteiriços na UNIPAMPA – Campus Jaguarão** - Tese (Doutorado). Pelotas: UCPEL, 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. In: **Laboratório Corpus: UFSM**, Jan./Mar, 2014.

JAGUARÃO. **Dados oficiais do município de Jaguarão**. Disponível em: <
<https://www.jaguarao.rs.gov.br/>> Acesso em 07 de abr. de 2024.

MAZZEI, Enrique; SOUZA, Mauricio de. **La frontera en cifras**. Uruguay: Imprenta CBA, 2013.

MILÁN, José Guillermo; SAWARIS, Gerri; WELTER, Milton Luis. El camino recorrido: lingüistas y educadores en la frontera Brasil Uruguay. In: TRINDADE, Aldema Menine; BEHARES, Luiz Ernesto (orgs.). **Fronteiras, educação, integração**. Santa Maria: Palloti, 1996, p. 121-190.

MOTA, Sara dos Santos. **Línguas, sujeitos e sentidos: o jornal nas relações fronteiriças no final do século XIX, início do século XX**. UFSM: Santa Maria, 2010. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaEspanhola/Dissertacoes/Dissertacao_Sara.pdf> Acesso em 27 de jun. de 2024.

MOTA, Sara Dos Santos. **Portunhol e sua re-territorialização na/pela escritur)a literária: os sentidos de um gesto político**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2014.

RONA, J.P. **La frontera lingüística entre el portugués y el español en el norte del Uruguay**. Veritas- Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1963.

SANTOS, Thalena Evangelista; BRUM-DE-PAULA, Mirian Rose. Senegaleses no Brasil: aspectos culturais, socioeconômicos e linguísticos. In: **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 06, nº 01, jan-abr.,2020, artigo nº 1765

SARQUIS, P. La educación en zonas de frontera: síntese en investigaciones realizadas en Argentina. In: TRINDADE, A. BEHARES, L.(orgs). **Fronteiras, educação, integração**. Santa Maria. Pallotti, 1996.p.57

SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. Alteridade, subjetividade, identidade e variantes enunciativas: explorações especulativas. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.21, n. esp, p. 13-44, 2018.

STURZA, Eliana Rosa. Espaço de enunciação fronteiriço e processos identitários. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 3 (63), p. 83-96, set./dez. 2010.

STURZA, Eliana Rosa. **Línguas de fronteira e política de línguas: uma história das idéias linguísticas** – Campinas/SP, [s.n.], 2006.

STURZA, Eliana Rosa. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. **Cienc. Cult.** vol.57, no.2, São Paulo, Apr./June 2005.